Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

03/09/2013

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL AQUI
   1.1. SEGURANÇA..... 1 - 2
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. CASO DÉCIO SÁ..... 3 - 4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. PORTAL DO JUDICIÁRIO..... 5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. BIBLIOTECA DO JUDICIÁRIO..... 6
   4.2. CNJ..... 7
5. JORNAL O IMPARCIAL
   5.1. CASO DÉCIO SÁ..... 8 - 9
6. JORNAL PEQUENO
   6.1. AÇÕES TJMA..... 10 - 11
   6.2. DECISÕES..... 12
   6.3. PORTAL DO JUDICIÁRIO..... 13

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

CENTRO

DIVULGAÇÃO

MIAU! HOMEM-GATO VAI PARA "JAULA"

POLÍCIA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

▶CENTRO

"Homem Gato" vai parar na jaula da polícia

MAURO WAGNER

Vários "super-heróis" já foram presos na capital maranhense, como Homem-Aranha e Homem de Ferro, mas o delegado Gutemberg Carvalho colocou as mãos em um coadjuvante do crime: José Maia, mais conhecido como "Homem Gato". Ele é suspeito de diversos arrombamentos na área do Centro Histórico de São Luís.

Homem Gato foi apresentado no plantão da Rffsa, neste domingo (1º), por volta das 15h. De acordo com as informações repassadas por uma de suas vítimas, Homem Gato já teria realizado, em apenas um mês, cinco arrombamentos no seu restaurante, conhecido como Toca de Ouro, que fica localizado no fundo do Tribunal de Justiça.

O suspeito já teria praticado o primeiro arrombamento no restaurante no dia 31 de julho, e foi preso no dia 25, por um tenente PM que faz a guarda do Tribunal de Justiça. De acordo com o militar, José Maia estava de posse de uma saca de arroz, com 50 quilos do alimento. Neste caso, ele foi detido e se apresentou na delegacia como Antônio Carlos, mas que, segundo o próprio delegado, o nome poderia ser falso, pois o suspeito já foi preso anteriormente, sendo que usou outro nome. Gutemberg Carvalho revelou que irá investigar a respeito da identificação do suspeito, podendo Homem Gato também responder por falsidade ideológica.

No último domingo, arrombador foi preso no interior do Museu anexo à Secretaria Estadual de Cultura, no qual o suspeito já havia efetuado o arrombamento e levado dois fardos de refrigerante e dez garrafas de bebida alcoólica. Ao retornar para pegar outros objetos, foi preso por uma guarda que trabalha no museu, a qual, ao perceber a presença do criminoso, conseguiu prendê-lo em um corredor, até receber ajuda de outros vigilantes que trabalham na área.

JOSÉ MAIA JÁ FOI PRESO POR ROUBAR SACA DE ARROZ

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

POLÍCIA

CASO DÉCIO

Júri popular sobre assassinato de jornalista ainda sem data marcada

PÁGINA 10

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CASO DÉCIO SÁ

Júri popular sobre assassinato de jornalista ainda sem data marcada

Após a decisão, feita no dia 26 de agosto, do Juiz Osmar Gomes de Santos, titular da 1° Vara do Tribunal do Júri de São Luís de levar à júri popular onze suspeitos de envolvimento no assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá ainda não há um prazo para a segunda fase do processo onde é feito o sorteio dos jurados.

Nos próximos dias os envolvidos receberão as intimações e a partir do dia do recebimento eles terão cinco dias para recorrer da decisão, os que estão presos e em liberdade em São Luís serão os primeiros a receber o documento, depois os demais que estão presos fora do estado, como o executor confesso Jhonathan de Sousa Silva que esta no Presídio Federal de Segurança Máxima de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, não há uma data exata para o envio de cada intimação de acordo com o Juiz.

"Agora a minha responsabilidade será instruir e julgar o processo, as intimações ficam por conta de outro setor da justiça. O prazo que eles vão receber e quando isso será feito já não é minha responsabilidade", afirma o juiz.

Juiz Osmar Gomes de Santos, titular da 1° Vara do Tribunal do Júri de São Luís

Os suspeitos podem recorrer da decisão de ir a júri popular no Tribunal de Justiça que analisa os argumentos e emite parecer. Depois de transitado e julgado o processo é devolvido para a 1° Vara do Tribunal do Júri que inaugura a segunda fase desse processo que é a escolha e preparação dos jurados.

NOMES DOS ONZE ACUSADOS DE CRIME DE HOMICÍDIO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA QUE DEVE IR A JÚRI POPULAR:

Shirliano Graciano de Oliveira;
Jhonathan de Sousa Silva (executor);
Marcos Bruno Silva de Oliveira;
José Raimundo Sales Chaves júnior, o "Júnior Bolinha".

OS POLICIAIS:
Alcides Nunes da Silva;
Joel Durans Medeiros;
Elker Farias Veloso;
o capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita";
Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha";

OS EMPRESÁRIOS:
Gláucio Alencar Pontes Carvalho
José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA tem mais de três milhões de acessos em oito meses

O site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 3.274.935 visitas no período de janeiro a agosto de 2013, com cerca de 8.637.353 visualizações de página.

O Maranhão respondeu com 69% do total de acessos (2.269.671 visitas), conforme dados extraídos do Google Analytics.

São Paulo e Piauí obtiveram a segunda, terceira posições no quesito acessos: 125.983 e 123.143 visitas, respectivamente. No Nordeste, Piauí e Ceará aparecem na lista dos dez maiores acessos do site. O TJMA recebeu ainda 105.465 consultas de outros países. Em abril atingiu pico de vistas chegando a 456.641 acessos.

A página do TJMA obteve 18% de novos visitantes, detalha o Google. Mais de 60 mil visitas ao site tiveram origem das redes sociais do TJMA (Facebook ou Twitter). O volume de registros diários mais representativo ocorre entre 10h e 12h.

A estatística de visitas ao site abrange apenas o Tribunal de Justiça, e não incluem as páginas da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), também abrigadas no Portal do Judiciário.

O acompanhamento do público do TJMA na internet teve início após o lançamento, em junho, do novo portal pelo desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior.

Reformulações no visual e no conteúdo permitiram melhor definição dos links de serviços e notícias, e idêntico destaque na apresentação e visualização das atividades dos órgãos judiciários. O portal é pioneiro no país na proposta de um Judiciário coeso e com identidade única.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Instituto Geia faz doação de obras literárias ao TJ

Dezesseis livros tendo como enfoque a temática maranhense estão à disposição de magistrados, servidores e da comunidade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu do Instituto Geia a doação de 16 obras literárias com enfoque na temática maranhense. Os livros estão à disposição de magistrados e servidores e da comunidade, na Biblioteca do Judiciário, que funciona no Palácio da Justiça, na Praça Pedro II, Centro.

A doação foi solicitada pela direção da Biblioteca do TJMA. Foram cedidos 16 títulos da "Coleção Geia de Temas Maranhenses", composta por 22 obras de diversos autores, maranhenses ou não. Os livros podem ser emprestados a magistrados e servidores mediante cadastro e consultados, na biblioteca, pelo público externo, no horário das 8h às 18h.

"Foi com grande satisfação que recebemos as publicações doadas pelo Instituto Geia para compor nosso acervo. As obras abordam temas relevantes da história e cultura do nosso estado e servem como importante fonte de pesquisa aos usuários de nossa biblioteca", ressalta a coordenadora da biblioteca, Cíntia Andrade.

Entre os títulos foram ofertados, *A Revolta de Bequimão* e *Fidalgos e Barões: uma história da nobiliarquia maranhense*, ambos do historiador e magistrado Milson Coutinho. Outro autor contemplado na coleção é Carlos de Lima, jornalista e pesquisador, com dois títulos da trilogia *História do Maranhão – Monarquia*" e *República*.

Geia

O Instituto Geia, fundado em 2002, é uma organização sem fins lucrativos que atua na promoção de ações voltadas para o apoio a entidades voltadas para o trabalho voluntário e o exercício da cidadania. Segundo o presidente do Instituto Geia, Jorge Murad, a doação foi feita de acordo com a disponibilidade do acervo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CNJ avalia situação de jovens em conflito com a lei no Maranhão

Conselho diz que unidades concentradas na capital causam prejuízos aos internos

A precariedade e a excessiva centralização das unidades de atendimento socioeducativo no Maranhão preocupa o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que retornou ao estado para verificar a situação dos jovens em conflito com a lei. Segundo estado a receber a segunda fase do Programa *Justiça ao Jovem*, o Maranhão tem apenas quatro unidades para recolher esses adolescentes e apenas uma no interior.

"As unidades estão concentradas na capital, São Luís, e isso prejudica os internos que não podem cumprir as medidas socioeducativas próximos a seus familiares", explicou o juiz auxiliar da Presidência do CNJ Márcio da Silva Alexandre, um dos integrantes da equipe que foi ao Maranhão.

Esta foi a terceira vez que o conselho esteve no Maranhão para verificar a situação dos internados. Na visita, o conselheiro Guilherme Calmon e os juízes auxiliares Marina Gurgel, Douglas de Melo Martins e Márcio Alexandre se reuniram com representantes do Poder Judiciário local, do Ministério e Defensoria Públicos e com o Poder Executivo. "Não percebemos nenhuma movimentação por parte do estado em relação às recomendações feitas pelo CNJ desde a primeira visita", acrescentou Márcio Alexandre.

Segundo ele, o mais preocupante é que o número de adolescentes internados é relativamente pequeno, apenas 74 em todo o estado. "O problema no Maranhão é estrutural. As unidades existentes não atendem ao Sinase [Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo] e já foi pedida a interdição da maioria delas. O Judiciário está assumindo um risco ao colocar os jovens nesses locais. Mas para onde enviá-los?", questionou o juiz auxiliar do CNJ.

Atuação - Alexandre reconhece que há boa vontade da Secretaria de Direitos Humanos, mas disse que é necessária uma atuação global de todas as áreas envolvidas: saúde, educação e infraestrutura. Segundo ele, o vice-governador do Maranhão, Washington Luiz, comprometeu-se a levar o problema à governadora Roseana Sarney. Oliveira informou aos integrantes do CNJ que estão programadas licitações para reforma e construção de novas unidades de internação de adolescentes e que até o fim do ano o problema estará encaminhado.

Das seis unidades de internação, os representantes do CNJ visitaram o Centro da Juventude Esperança e o Centro da Juventude Canaã, ambos em São Luís.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

CASO DÉCIO SÁ

Júri popular ainda não tem data para acontecer

Após a decisão, feita no dia 26 de agosto, do Juiz Osmar Gomes de Santos, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, de levar a júri popular onze suspeitos de envolvimento no assassinato do jornalista e blogueiro Décio Sá, ainda não há um prazo para a segunda fase do processo, onde é feito o sorteio dos jurados.

Nos próximos dias, os envolvidos receberão as intimações e a partir do dia do recebimento eles terão cinco dias para recorrer da decisão, os que estão presos e em liberdade em São Luís serão os primeiros a receber o documento, depois os demais que estão presos fora do estado, como o executor confesso Jhonathan de Sousa Silva que esta no Presídio Federal de Segurança Máxima de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, não há uma data exata para o envio de cada intimação de acordo com o Juiz.

"Agora a minha responsabilidade será instruir e julgar o processo, as intimações ficam por conta de outro setor da justiça. O prazo que eles vão receber e quando isso será feito já não é minha responsabilidade", afirma o juiz.

Os suspeitos podem recorrer da decisão de ir a júri popular no Tribunal de Justiça que analisa os argumentos e emite parecer. Depois de transitado e julgado, o processo é devolvido para a 1ª Vara do Tribunal do Júri, que inaugura a segunda fase desse processo que é a escolha e preparação dos jurados.

Caso Décio Sá

O caso tramita desde 28 de agosto de 2012 na 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. Doze suspeitos foram denunciados pelo Ministério Público Estadual, além dos citados, ainda existe o caso do advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, 31 anos, que teve o caso desmembrado. A instrução começou em 28 de janeiro de 2013, com a presença das testemunhas e de oito dos 12 acusados, sendo suspensa em virtude da medida liminar concedida em habeas corpus, posteriormente confirmada, garantindo à defesa do acusado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro aditar a resposta à acusação.

As audiências foram marcadas para o mês de maio de 2013. No primeiro dia (6) o juiz Márcio Castro Brandão, que respondia na época pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, e que presidiu a audiência, decidiu pelo desmembramento do processo em relação ao acusado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA presta serviços ao cidadão na Expoema

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está disponibilizando uma série de serviços ao cidadão em seu stand na 57ª edição da Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), promovido pela Associação dos Criadores, no Parque Independência.

No local, equipes da Telejudiciário e da Ouvidoria prestam atendimento aos visitantes. O Telejudicário – que atende gratuitamente pelo número 0800 707 1581 – é um dos principais canais para consultas do cidadão ao Judiciário.

Já a Ouvidoria recebe sugestões, críticas, reclamações sobre os serviços prestados pelo Poder Judiciário por meio de formulários preenchidos pelos atendentes com dados do solicitante e a demanda apresentada. As reclamações são direcionadas aos setores competentes para que sejam checadas e as providências possam ser tomadas.

Como é o ano do bicentenário do TJMA, a Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos, disponibilizou uma exposição dos catálogos de documentos manuscritos do Judiciário que fazem parte do 'Projeto Memória".

Os quatro volumes da publicação correspondem aos autos cíveis e crimes da comarca de Guimarães (1810 a 1949), autos cíveis de São Luís (1785 a 1835) e de Viana (1767 a 1888) e cíveis e crimes da comarca de Alcântara (1801 a 1968).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Judiciário garante preservação de documentos históricos

Para assegurar a proteção, guarda e preservação de documentos jurisdicionais e administrativos centenários, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está reorganizando o seu acervo histórico.

As melhorias fazem parte do Projeto Memória e contemplam as unidades que integram a rede arquivística do Judiciário (Arquivo Geral), Fórum de São Luís, juizados especiais, biblioteca, além dos arquivos setoriais dos fóruns do interior e das Câmaras do Tribunal.

Os investimentos permitem alavancar o projeto para a implantação do Memorial do Judiciário. Os trabalhos envolvem a restauração e digitalização da documentação fragilizada do acervo, possibilitando consultas online aos arquivos, para pesquisa pela comunidade acadêmica e sociedade em geral.

O trabalho é desenvolvido pela Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos, conforme recomenda o Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Lei nº 8.159/1991.

"Por meio do Projeto Memória, estão sendo editados catálogos e repertórios de documentos, que são os instrumentos de pesquisa para acesso ao acervo do Judiciário", explicou o desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA.

Entre os investimentos inclui-se a aquisição do prédio onde se encontra o Arquivo Geral, no bairro da Alemanha. No local foram feitas reformas e ampliação com instalação de mobiliário, arquivos deslizantes e laboratórios de restauração, climatização dos acervos e digitalização de documentos.

O realinhamento dos documentos permitiu o lançamento da Coleção Pontos de História, que reúne catálogos de manuscritos históricos de autos cíveis e crimes de comarcas do Maranhão.

"Os primeiros volumes tratam das comarcas de Guimarães, São Luís, Alcântara e Viana. Estão previstas as edições referentes aos processos históricos de Loreto, Grajaú, Viana, São Luís Tomo II (1835 – 1888), Itapecuru, Imperatriz e Icatu", informou o presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental e chefe da Divisão de Controle do Acervo, Christofferson Melo.

Outra medida de gestão documental é a reorganização do acervo arquivístico do Judiciário (Arquivo Geral), que contempla os processos de 2º grau, históricos e documentos administrativos. O material recebe tratamento técnico específico, tipificados nos estágios corrente, intermediário e permanente.

O acervo do Fórum de São Luís também está sendo reorganizado. O material totaliza, aproximadamente, 25 mil caixas de documentos – o equivalente a quatro quilômetros lineares de páginas. O correto acondicionamento dos volumes facilita o acesso da comunidade jurídica e das partes.

Os arquivos dos juizados especiais foram desmembrados dos documentos da Justiça de 1º grau, permitindo o arquivamento separadamente, em espaço específico, na unidade do bairro Pindorama.

Para informatização das rotinas são utilizados os critérios estabelecidos no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-JUS).

Descarte – Outro ponto importante é o descarte de documentos inúteis. Estão incluídos neste perfil, 14 mil processos acumulados no acervo de agravos de instrumento – recursos formados, em sua quase totalidade, por cópias de processos – nos últimos 40 anos, e passíveis de eliminação. O material será enviado para reciclagem e reaproveitamento por meio de parceria firmada com a empresa Cemar. Só farão parte do material descartável os agravos com decisão final e sem possibilidade de outro recurso.

LOURIVAL SEREJO diz que estão sendo editados catálogos e repertórios de documentos

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MPMA cobra

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas propôs, em 27 de agosto, duas Ações Civis Públicas de execução contra o secretário municipal de Infraestrutura, Marco Aurélio Ayres Diniz. Ajuizou as manifestações ministeriais a promotora de Justiça Dailma Maria de Melo Brito.

Uma ação solicita que a Justiça determine o pagamento de R$ 42.084,56 pelo gestor ao Município de Balsas, correspondente a débito imposto pelo TCE, conforme Acórdão (decisão) nº 89/2012, referente à prestação de contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), de Balsas, do exercício financeiro do ano de 2007.

A outra pede à Justiça que obrigue o secretário a pagar ao Estado do Maranhão o valor de R$ 7.995,08, correspondente a multas impostas ao executado pelo mesmo Acórdão do TCE, referente à prestação de contas do Saae.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ-MA tem mais de três milhões de acessos em oito meses

O site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) recebeu 3.274.935 visitas no período de janeiro a agosto de 2013, com cerca de 8.637.353 visualizações de página.

O Maranhão respondeu com 69% do total de acessos (2.269.671 visitas), conforme dados extraídos do Google Analytics.

São Paulo e Piauí obtiveram a segunda, terceira posições no quesito acessos: 125.983 e 123.143 visitas, respectivamente. No Nordeste, Piauí e Ceará aparecem na lista dos dez maiores acessos do site. O TJ-MA recebeu ainda 105.465 consultas de outros países. Em abril atingiu pico de vistas chegando a 456.641 acessos.

A página do TJ-MA obteve 18% de novos visitantes, detalha o Google. Mais de 60 mil visitas ao site tiveram origem das redes sociais do TJ-MA (Facebook ou Twitter). O volume de registros diários mais representativo ocorre entre 10h e 12h.

A estatística de visitas ao site abrange apenas o Tribunal de Justiça, e não incluem as páginas da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), também abrigadas no Portal do Judiciário.

O acompanhamento do público do TJ-MA na internet teve início após o lançamento, em junho, do novo portal pelo desembargador-presidente Antônio Guerreiro Júnior.

Reformulações no visual e no conteúdo permitiram melhor definição dos links de serviços e notícias, e idêntico destaque na apresentação e visualização das atividades dos órgãos judiciários. O portal é pioneiro no país na proposta de um Judiciário coeso e com identidade única.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação